

GILBERTO DUPAS

Amazônia de ouro e miçangas

A floresta amazônica, uma de nossas principais riquezas, está correndo novos grandes riscos. Duas questões críticas recentes indicam que poderemos continuar a entregar ouro pátrio em troca de espelhos e miçangas. A primeira tem que ver com notícia que este jornal publicou, há poucos dias.

O Ibama prendeu três botânicos holandeses com farto material que sugere estarem fazendo biopirataria para uma grande empresa transnacional na região do Parque Nacional da Serra do Divisor. Mais de cem amostras de plantas foram encontradas com eles, além de equipamentos que incluíam sensores ligados a satélites. Material obtido confirmaria que a empresa já patenteou mundialmente direitos de produção e comercialização relativos a componentes daquelas espécies. Finalmente, a promotoria local lembra que o Ibama tem apenas um agente para cuidar dos 900 mil hectares do parque. Já são de conhecimento público inúmeros episódios de "falsos" religiosos internacionais utilizados para aproximar-se da população indígena da Amazônia e obter precioso estoque de informações via curandeiros e praticos locais. Isso serve para identificar propriedades medicinais prováveis e baratear pesquisas posteriores de empresas globais sobre uso de espécies raras, poupando enormes investimentos iniciais. São reservas nacionais fazendo o lucro de imensas corporações internacionais e garantindo impulso ao desenvolvimento econômico dos países onde são sediadas. Elas acabam saindo do País a troca das novas pedrinhas coloridas: toca-CDs ou televisões coloridas. Isso ocorre justamente no momento em que o domínio das novas técnicas de desagregação dos códigos genéticos, a partir do DNA, fazem das grandes e escassas reservas mundiais de material biogenético – das quais a Amazônia é a mais importante – fontes preciosas de desenvolvimento tecnológico, por suprirem códigos de informação para infi-



Se nada for feito, só nos resta amargar mais uma apropriação indébita

nitas combinações futuras.

O segundo perigo vem do projeto internacional de conversão da Amazônia em uma das principais moedas de troca para a redução da poluição praticada pelos países desenvolvidos. Estamos falando da nova pauta na discussão ambiental: os "sumidouros de carbono". Não é necessário lembrar

que os maiores produtores de carbono e aquecimento global são as nações desenvolvidas, em especial os EUA, responsável por grande parte da produção e da poluição mundiais. As consequências perversas desta situação para o futuro da Humanidade provocaram as reações conhecidas, das quais uma das poucas de efeito prático é a idéia dos certificados de absorção de carbono. As empresas e os países "comprariam o direito de poluir" em troca da comprovação de que estariam "sustentando" a manutenção ou criação de florestas em qualquer parte do mundo. Observadores recentes desse processo estão seguros de que, se nós não tomarmos urgentes providências, a preservação da Amazônia "nos termos deles" significará trocarmos uns poucos recursos por um tipo de preservação "burra", que

não contempla a possibilidade de promoção do desenvolvimento regional. No entanto, tudo indica que a relação benefício-custo desta questão para o lado desenvolvido do mundo é tão vital que eles estariam dispostos – se adequadamente pressionados – a pagar muito mais do que admitem pelo direito de poluir. Mais uma vez, portanto, corremos o risco de dar ouro e receber banana.

Assim, as questões da biopirataria e dos certificados de carbono envolvem a maneira pela qual queremos nos apropriar da imensa riqueza da Amazônia em favor de sua população e do País. O incansável Ignacy Sachs, co-diretor do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (Paris) e um dos mais importantes defensores mundiais de um novo enfoque sobre as questões ambientais, lembra que o desafio maior para a Amazônia está na urgente elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região, orientada simultaneamente por critérios de adequação social, prudência ecológica e viabilidade econômica. A Amazônia presta serviços ambientais importantes ao mundo. No entanto, seus ecossistemas caracterizam-se por uma extraordinária diversidade biológica aliada a uma extrema fragilidade. Dado o enorme interesse atual mundial pela absorção de carbono atmosférico, o momento é precioso para a discussão das premissas de elaboração de um

amplo programa de desenvolvimento socioeconômico da região para a próxima década; em nossas bases, servindo acessoriamente como "sumidoro de carbono". Isso permitiria uma negociação internacional sobre um programa apresentado pelo Brasil que pusesse o mundo diante da sua responsabilidade de financiar o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia no interesse de todos. Nesta direção, estaremos promovendo um seminário internacional no Instituto de Estudos Avançados da USP, em março próximo, quando pretendemos debater esta questão com a presença do próprio Sachs, de representantes do governo brasileiro e das várias áreas da sociedade envolvidas nessa questão.

Quanto à pirataria biológica, é evidente que existe um imenso espaço de omissão correndo o potencial amazônico. Só uma ação muito enérgica das autoridades brasileiras, em eventual parceria com segmentos escolhidos do setor privado, pode minorar este dano e transformá-lo numa grande oportunidade. A criação imediata de um câmpus universitário avançado, dedicado a pesquisas de fauna e flora, dotado de equipes de pesquisadores de campo e laboratório, seria uma das soluções mais óbvias. Com duro e amplo policiamento da pirataria, o setor privado internacional acabaria sendo conduzido aos portões dos institutos de pesquisa desta universidade amazônica, para comprar tecnologia ou propor desenvolvimento de pesquisas a preço internacional, criando recursos de sobra para sustentar parte expressiva dos custos desta iniciativa.

Em ambos os casos, no entanto, é preciso agir muito rápido. Se os padrões para compra dos certificados de carbono forem definidos por migalhas ou se os piratas internacionais tiverem tempo de trocar as espécies amazônicas que lhes interessam por colares de miçangas, só nos restará amargar mais uma apropriação indébita do patrimônio nacional. E não adiantará culpar os gringos de sempre. O principal responsável terá sido nossa incompetência.

